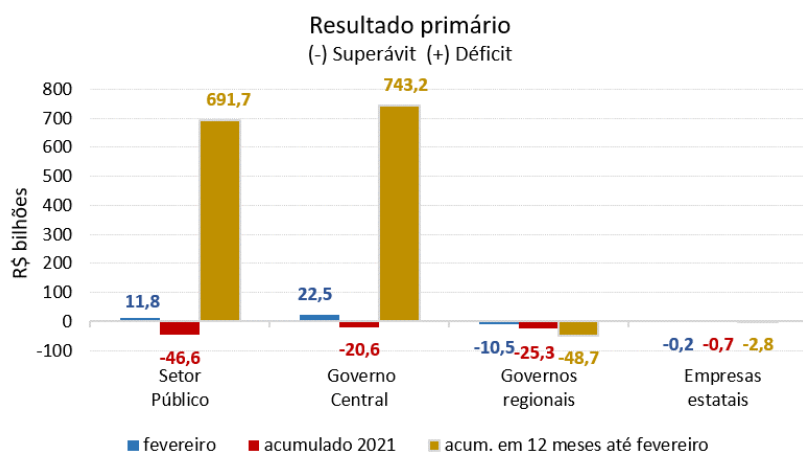


Estadísticas Fiscais

Nota para a Imprensa

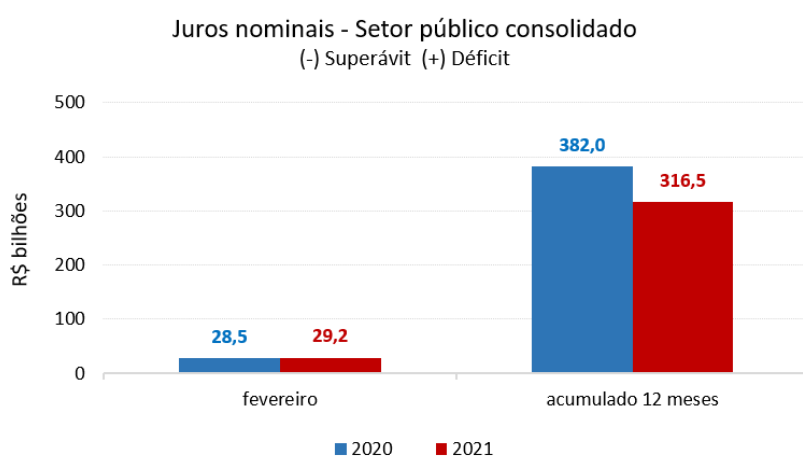
31.3.2021

1. Resultados fiscais



O setor público consolidado registrou déficit primário de R\$11,8 bilhões em fevereiro, ante déficit de R\$20,9 bilhões no mesmo mês de 2020. O déficit primário do governo central atingiu R\$22,5 bilhões, enquanto os governos regionais e as empresas estatais foram, na ordem, superavitárias em R\$10,5

bilhões e R\$212 milhões. No acumulado do primeiro bimestre, o resultado primário do setor público consolidado foi superavitário em R\$46,6 bilhões, ante superávit de R\$35,4 bilhões no mesmo período do ano anterior.



Os juros nominais do setor público consolidado, apropriados por competência, somaram R\$29,2 bilhões em fevereiro de 2021, comparativamente a R\$28,5 bilhões em fevereiro de 2020. No acumulado em doze meses, os juros nominais alcançaram R\$316,5 bilhões (4,22% do PIB) em fevereiro

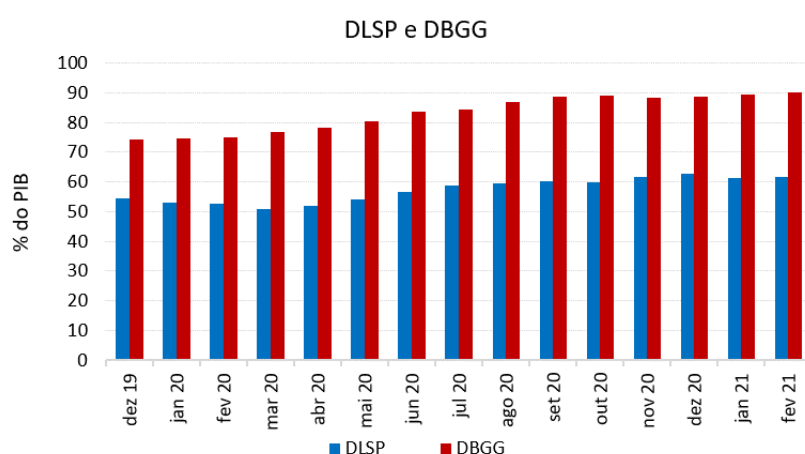
de 2021 e R\$382,0 bilhões (5,12% do PIB) nos doze meses terminados em fevereiro de 2020.

O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$41,0 bilhões em fevereiro. No acumulado em doze meses, o déficit nominal alcançou R\$1.008,2 bilhões (13,45% do PIB) em fevereiro de 2021, ante déficit de R\$1.016,6 bilhões (13,62% do PIB) em janeiro.

2. Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG)

A DLSP alcançou R\$4.619,6 bilhões (61,6% do PIB) em fevereiro, elevando-se 0,2 p.p. do PIB no mês. Esse resultado refletiu, sobretudo, os impactos do déficit primário (aumento de 0,2 p.p.),

dos juros nominais apropriados (aumento de 0,4 p.p.), da desvalorização cambial de 1,0% (redução de 0,2 p.p.) e do crescimento do PIB nominal (redução de 0,3 p.p.). No ano, a relação DLSP/PIB reduziu-se 1,1 p.p., evolução decorrente, em especial, da desvalorização cambial acumulada de 6,4% (redução de 1,2 p.p.), do superávit primário acumulado (redução de 0,6 p.p.), do efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 0,4 p.p.), e dos juros nominais apropriados (aumento de 0,9 p.p.).



A DBGG – que compreende Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais – alcançou R\$6.744,2 bilhões em fevereiro, equivalente a 90,0% do PIB, aumento de 0,6 p.p. do PIB em relação ao mês anterior. Essa evolução no mês decorreu, principalmente, das emissões líquidas de dívida

(aumento de 0,5 p.p.), da incorporação de juros nominais (aumento de 0,4 p.p.), e do efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 0,4 p.p.). No ano, o aumento de 1,1 p.p. na relação DBGG/PIB decorre, em especial, da incorporação de juros nominais (aumento de 0,8 p.p.), das emissões líquidas de dívida (aumento de 0,5 p.p.), da desvalorização cambial acumulada (aumento de 0,4 p.p.), e do efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 0,6 p.p.).

3. Elasticidades da DLSP e da DBGG

A tabela a seguir atualiza as elasticidades da DLSP e da DBGG a variações na taxa de câmbio, na taxa de juros e nos índices de preços para o mês de fevereiro de 2021.

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-11,7	-0,16	8,3	0,12
Redução de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	-32,4	-0,43	-31,4	-0,42
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	11,8	0,16	11,8	0,16

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB, conforme o caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, aumento de taxa Selic e redução de índices de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.